

Av. Luiz Cunha Nogueira - Centro. CEP: 64.995-000 CNPJ: 06.554.299-0001-02 - Cristalândia do Piauí/PI E-mail: prefeituracristalandia@hotmail.com

LEI N° 196/2024, DE 22 DE MAIO DE 2024.

DISPÕE SOBRE O LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 1 ° Dispõe a presente lei sobre o procedimento administrativo de licenciamento ambiental, bem como os prazos para emissão das licenças, certidões, declarações e autorizações ambientais.
- Art. 2° Para os efeitos desta Lei, entende-se por:
- I Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo, segundo o qual o órgão ambiental competente, analisando a adequação às condições legais, de locação e técnicas, aprova a localização, a instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades que se utilizam de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, de qualquer forma, possam causar degradação ambiental;
- II Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que devem ser tomadas pelo empreendedor, seja ele pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimento ou atividades que utilizam os recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental;
- III Autorização Ambiental: o ato administrativo utilizado para estabelecer as condições, restrições e medidas de controle ambiental que devem ser observadas e praticadas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para a prática de atividades de exploração dos recursos naturais, atividades de sondagens, instalação de equipamentos em empreendimentos já licenciados e de pesquisa e outros que não causem alterações significativas no meio ambiente;
- IV Declaração de Dispensa de Licenciamento: ato administrativo que isenta o empreendimento ou atividade de licenciamento ambiental, visto que causa impacto ambiental insignificante ou inexistente;



- V Declaração de Baixo Impacto Ambiental: ato administrativo que autoriza a instalação e operacionalização do empreendimento e atividade que seja enquadrado de baixo impacto ambiental.
- **Art. 3° -** A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, expedirá as subsequentes Licenças e autorizações ambientais:
- I Licença Prévia (LP), concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implantação;
- II Licença de Instalação (LI), autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;
- III Licença de Operação (LO), autoriza a operação do empreendimento ou atividade, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinantes para a operação;
- IV Autorização Ambiental (AA), autoriza a operação de atividades de exploração de recurso natural, de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle e demais condicionantes estabelecidos nas normas e diretriz es técnico-legais, dispensada a exigência das Licenças: Prévia, de Instalação e de Operação;
- V Declaração de Baixo Impacto Ambiental, autoriza a implantação de atividades e empreendimentos, de acordo com as especificações constantes nos projetos, memorial descritivo ambiental e demais documentos técnicos;
- § 1° Para que haja a ampliação dos empreendimentos ou atividades sujeitas ao procedimento de licenciamento ambiental, por meio da emissão de LP, LI e LO, o empreendedor solicitará a Licença de Instalação (LI) que se refere à parte do empreendimento a ser ampliada.
- § 2° Se o empreendimento ou obra já estiver instalado (a), deve ser apresentado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, pedido de Licença Ambiental de Operação de Regularização (LOR).
- § 3° Em se tratando de empreendimentos ou atividades que possam ser enquadrados em Licenciamento Ambiental Simplificado, a instalação e a operação poderão ser autorizadas por meio da Licença de Instalação e Operação (LIO).
- § 4° Estando em situações que se faça necessária a troca ou adição de equipamentos ou máquinas que não provoquem impactos significativos



Av. Luiz Cunha Nogueira - Centro. CEP: 64.995-000 CNPJ: 06.554.299-0001-02 - Cristalândia do Piauí/PI E-mail: prefeituracristalandia@hotmail.com

- ao meio ambiente, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente poderá expedir uma Autorização Ambiental.
- § 5° As licenças ambientais poderão ser expedidas tanto de maneira isolada, quanto de maneira sucessiva, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.
- Art. 4° Consideram-se atividades de preponderante interesse local:
- I as definidas pela Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente CONSEMA n° 023/2014 e estabelecidas em lista anexa da Lei Complementar n° 140/2011;
- II as definidas por Resolução do CONDEMA ou em Lei aprovada pela Câmara de Vereadores, em ambas as hipóteses respeitando os limites estabelecidos pelo CONSEMA;
- III as repassadas por delegação de competência pelo órgão ambiental estadual competente.
- **Art. 5°-** Esta lei segue as diretrizes e parâmetros estabelecidos pela Resolução n° 237/97 do CONAMA, referente ao licenciamento ambiental.

CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL

- **Art.** 6° Para que se proceda ao regular licenciamento ambiental, deve observar-se o seguinte procedimento:
- I Definição a ser realizada pela Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento, Recursos Hídricos e Meio Ambiente, participando o empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais que se fazem necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;
- II Requerimento, que deve ser feito pelo empreendedor, da licença ambiental, devendo ser apresentados em conjunto os documentos preenchidos corretamente por todos. os requisitos materiais e legais, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;
- III Análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, feita pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a realização de vistorias técnicas, sempre que se verificar serem necessárias;
- IV Solicitação, a ser realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, verificada a necessidade, de esclarecimentos e complementações, uma única vez, em corolário da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados;



- V Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;
- VI Requisição de esclarecimentos e complementações, a ser realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, decorrentes de audiências públicas, podendo ocorrer nova requisição dos esclarecimentos e complementações, verificando não serem satisfatórias as primeiras;
- VII Emissão do parecer técnico conclusivo;
- VIII Deferimento ou indeferimento do pedido de Licença, dando-se a devida publicidade.
- § 1º Compulsoriamente, deve constar no procedimento de licenciamento ambiental, a Certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em adequação às legislações que dispõem sobre o uso e ocupação do solo e, quando for o caso, outras autorizações, licenças, atestados e alvarás vinculados, bem como a outorga para o uso da água.
- § 2° Os demais entes federativos interessados podem manifestar-se junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, não sendo seus pareceres vinculativos. Devem ser respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental.
- § 3° Os documentos públicos que se fizerem necessários ao regular procedimento de licenciamento ambiental e outros procedimentos de regularização ambiental deverão ser acostados com data de expedição não anterior a 60 (sessenta) dias da data do protocolo na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- § 4 ° Utilizando-se de ato administrativo, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente definirá quais os documentos básicos que, quando ausentes no procedimento de licenciamento, poderão dar causa à não tramitação do processo e seu arquivamento temporário, até que sejam sanadas as pendências identificadas pelo corpo técnico do órgão licenciador.
- § 5° Se a área visada para implantação do empreendimento/projeto tiver sido reprovada pela prévia análise do setor de geoprocessamento, no procedimento de licenciamento, deverão ser arquivados, podendo o empreendedor a apresentar localidades alternativas para a implantação do empreendimento/projeto, desde que se trate do mesmo empreendimento/projeto e que haja remanescente de áreas que possibilitem a instalação, respeitando as restrições legais e ambientais.
- § 6° A decisão sobre o arquivamento deverá ser informada ao interessado em meio oficial, para fins de conhecimento e providências.
- Art. 7º O empreendedor deverá atender à solicitação de
 esclarecimentos e complementações, formuladas pela Secretaria
 Municipal de Meio Ambiente, respeitando o prazo máximo de 60 (sessenta)



Av. Luiz Cunha Nogueira - Centro. CEP: 64.995-000 CNPJ: 06.554.299-0001-02 - Cristalândia do Piauí/PI E-mail: prefeituracristalandia@hotmail.com

dias, que começa a contar a partir do recebimento da respectiva notificação de pendências processuais, podendo este prazo ser prorrogado, desde haja justificativa plausível e concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente. Havendo desrespeito ao prazo estabelecido, será aplicada a punição de arquivamento do pedido de licenciamento ambiental.

Parágrafo Único - Mesmo que haja o arquivamento do pedido de licenciamento ambiental ou autorização, ainda pode o empreendedor apresentar novo pedido, posteriormente obedecendo aos procedimentos estabelecidos nesta Lei, mediante novo pagamento de custo das taxas de licenças e de análise.

Art. 8° - Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, custeados pelo empreendedor.

Parágrafo Único - O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

- Art. 9° A Secretaria Municipal de Meio Ambiente determinará, fazendose necessário, procedimentos especificas para as licenças ambientais, devendo haver observação quanto à natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a concordância do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.
- § 1° Poderão ser estabelecidos procedimentos simplificados para as atividades e empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental, que deverão ser aprovados pela Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento, Recursos Hídricos e Meio Ambiente.
- § 2° Poderá vir a ser aceito um único processo de licenciamento ambiental empreendimentos de pequeno porte e atividades similares e vizinhos ou para aqueles integrantes de planos de desenvolvimento aprovados, previamente, pelo órgão governamental competente, desde que definida a responsabilidade legal pelo conjunto de empreendimentos ou atividades.
- § 3° Para as atividades e empreendimentos que efetuem planos e programas voluntários de gestão ambiental, fixar-se-á critérios para agilizar e simplificar os procedimentos de licenciamento ambiental, objetivando a constante melhoria e o aprimoramento do desempenho ambiental.
- Art. 10 A Secretaria Municipal de Meio Ambiente estabelecerá os procedimentos especificas para a instrução dos pedidos de emissão das licenças ambientais, autorizações ambientais, dispensa de licenciamento e declaração de baixo impacto ambiental, observando-se a natureza, características e peculiaridades do empreendimento e



Av. Luiz Cunha Nogueira - Centro. CEP: 64.995-000 CNPJ: 06.554.299-0001-02 - Cristalândia do Piauí/PI E-mail: prefeituracristalandia@hotmail.com

atividade e, ainda, a adequação do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação, quando deverão ser estabelecidos:

- I procedimentos simplificados para as atividades e empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental, aprovados pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA);
- II critérios para agilizar e simplificar os procedimentos de licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades que implementem planos e programas voluntários de gestão ambiental;
- III procedimentos céleres para licenciamento ambiental de projetos de interesse social e utilidade pública, no cumprimento da supremacia do interesse público.
- **Art. 11** Os prazos de validade das licenças ambientais, autorizações ambientais e declaração de baixo impacto ambiental, serão definidos com base no cronograma de implantação do empreendimento, dispondo-se basicamente:
- I prazo de validade da Licença Prévia (LP): mínimo de 1 (um) ano, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos;
- II prazo de validade da Licença de Instalação (LI): mínimo de 2 (dois) anos, não podendo ser superior a 6 (seis) anos;
- III prazo de validade da Licença de Operação (LO): mínimo de 4 (quatro) anos, não podendo ser superior a 10 (dez) anos;
- IV o prazo de validade da Autorização Ambiental será, no mínimo, o estabelecido no cronograma de execução da atividade7 não podendo ser superior a 1 (um) ano;
- V prazo de validade da Declaração de Baixo Impacto Ambiental: 4 (quatro) anos.
- § 1 ° Poderá haver renovação das Licenças Prévia e de Instalação e a Autorização Ambiental, uma única vez, não podendo ser ultrapassados os prazos máximos estabelecidos nos incisos I, II e IV.
- § 2° A renovação supra transcrita no parágrafo antecedente deverá ser pleiteada pelo empreendedor, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do vencimento.
- § 3° A renovação da Licença de Operação poderá ocorrer através de requerimento do empreendedor com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do vencimento, ficando automaticamente prorrogada até manifestação definitiva da Secretaria Municipal de meio ambiente.
- \$ 4° A renovação Declaração de Baixo Impacto Ambiental poderá ocorrer através de requerimento do empreendedor, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do vencimento.



Av. Luiz Cunha Nogueira - Centro. CEP: 64.995-000 CNPJ: 06.554.299-0001-02 - Cristalândia do Piauí/PI E-mail: prefeituracristalandia@hotmail.com

- § 5° A Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental não terá prazo de validade fixado, permanecendo a sua vigência até a implantação do empreendimento ou atividade.
- \$6° No ato da renovação da Licença de Operação, da Autorização Ambiental e Declaração de Baixo Impacto Ambiental, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, mediante decisão motivada, e após avaliação do desempenho ambiental do empreendimento ou atividade poderá dilatar ou comprimir o prazo de validade concedido anteriormente, respeitando-se os limites estabelecidos nos incisos III, IV e V.
- § 7° O empreendedor apresentará Relatório de Desempenho Ambiental, no requerimento do pedido de renovação de Licença de Operação, junto com os demais documentos necessários à instrução processual.
- Art. 12 A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, mediante decisão motivada, terá a faculdade de poder modificar as condicionantes e as medidas de controle, suspender ou cancelar licença ou autorização expedida, quando ocorrer:
- I violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- II omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição das Licenças, Autorizações e Declaração de Baixo Impacto Ambiental;
- III superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.
- Art. 13 Para que haja a concessão da licença, autorização ou declaração de baixo impacto ambiental tratada nesta Lei, o empreendedor deverá estar isento de débitos decorrentes de multas ambientais irrecorríveis junto ao órgão ambiental.
- Art. 14 O custo das taxas de análise e para a obtenção da licença, autorização, ambiental e declaração de baixo impacto ambiental deverá ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único - A Declaração de Dispensa de Licenciamento dispensará o empreendedor de cobrança de custo de análise e de emissão da declaração.

CAPÍTULO III TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL (TLA)

Art. 15 - A Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA) tem como causa o exercício do poder de polícia, em consequência do licenciamento ambiental para que sejam praticados os atos pelos empreendedores no município.



Av. Luiz Cunha Nogueira - Centro. CEP: 64.995-000 CNPJ: 06.554.299-0001-02 - Cristalândia do Piauí/PI E-mail: prefeituracristalandia@hotmail.com

- Art. 16 O titular do pagamento da Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA) é a pessoa física ou jurídica proprietária daquilo que está sujeito ao licenciamento ambiental, seja empreendimento, obra ou qualquer outro.
- Art. 17 A Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA) deve ser recolhida antes de ser feito o pedido de licença ambiental ou de renovação, sendo condição necessária para a análise da viabilidade dos projetos sujeitos ao licenciamento.
- **Art. 18** Sendo as atividades sujeitas ao licenciamento, realizadas sem observância de seu regular procedimento, aplicar-se-á as seguintes penalidades, sem prejuízo às sanções contidas e trazidas pela Lei de Crimes Ambientais:
- I Advertência por escrito;
- II Multa; Embargo;
- III Desfazimento, demolição ou remoção;
- IV Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais eventualmente concedidos pelo município.

Parágrafo único - As penalidades acima previstas podem ser aplicadas cumulativamente.

- Art. 19 Os valores da Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA), de acordo com o tipo de licenciamento, o tamanho do projeto a ser implantado, os níveis de poluição e impacto ambiental, estão previstos no Anexo I a seguir transcrito.
- Art. 20 Aplica-se à presente lei, sempre que for adequado, a legislação tributária municipal.
- Art. 21 A arrecadação da Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA) e multas relativas ao encargo de licenciamento serão revertidos para o Fundo Municipal de Meio Ambiente.
- Art. 22 Esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MOISÉS DA CUNHA LEMOS FILHO PREFEITO MUNICIPAL



Av. Luiz Cunha Nogueira - Centro. CEP: 64.995-000 CNPJ: 06.554.299-0001-02 - Cristalândia do Piauí/PI E-mail: prefeituracristalandia@hotmail.com

ANEXO I TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL (TLA)

Tabela 1							
CLASSIFIC	CLASSIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO/ATIVIDADE SEGUNDO O PORTE						
Porte do	Área total	Investimento total (R\$)	Número de				
empreendime	produtiva		empregados				
nto/ativida	(m²)						
de							
Pequeno	Até 200	Até 360.000,00	Até 5				
Médio	De 200 a 1000	De 360.000,01 a	De 5 a 100				
		12.000.000,00					
Grande	De 1000 a	Superior a	De 100 a				
	10.000	12.000.000,01	1.000				

Observações:

- I. O porte do empreendimento/atividade será definido pelo parâmetro que der maior dimensão dentre os disponíveis no momento do requerimento;
- II. Considera-se investimento total o somatório do faturamento dos últimos 12 meses;
- III. Área total produtiva é todo o espaço que for utilizado para geração de riquezas.

Tabela 2							
PORTE DO VALORES DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIEN EMPREENDIMENTO/ATI (TLA) EM R\$							
VIDADE							
	(LP)	Instalação	Operação				
		(LI)	(LO)				
PEQUENO	180,00	300,00	500,00				
MÉDIO	220,00	600,00	800,00				
GRANDE	500,00	1.199,00	1.499,00				

Observações:

- I: O valor da Licença Ambiental Simplificada será o somatório dos valores das licenças individuais dentro do porte do empreendimento;
- II: Para a renovação da Licença Ambiental de Operação com validade superior a um ano, o valor da licença ambiental será proporcional ao tempo concedido em anos.

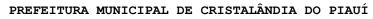




	Tabela 3		
	TAXAS DE LICENCIAMENTO AMBI	ENTAL DIVERSAS	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	VALOR- R\$/UNID
1.1	Autorização para limpeza de áreas (resíduos sólidos, entulho e vegetação suprimida).	Por m².	0,30
1.2	Autorização ambiental para execução de obras de canalização.	Por metro linear.	0,50
1.3	Autorização ambiental para corte de vegetação arbórea.	Por unidade.	10,00
1.4	Autorização ambiental para poda de vegetação arbórea.	Por unidade.	5 , 00
1.5	Autorização ambiental para supressão de vegetação arbórea com levantamento florestal/fitossociológico.	Por hectare.	40,00
1.6	Autorização ambiental para supressão de vegetação arbórea com levantamento florestal/fitossociológico por trecho de intervenção em ruas, avenidas e rodovias.	Por 100m linear.	2,00
1.7	Autorização de transplante de vegetação arbórea.	Por unidade.	2,00
1.8	Autorização para utilização de som em vias públicas, praças e outros espaços públicos para realização de eventos, shows e espetáculos com fins lucrativos.	Por evento.	50 , 00
1.9	Vistoria técnica ambiental.	Por vistoria.	20,00 a 50,00
1.10	Vistoria ambiental com medição de ruídos/nível sonoro e expedição de seu respectivo laudo.	Por vistoria.	40,00
1.11	Emissão de parecer técnico ambiental de Dispensa de Licença Ambiental.	Por parecer.	50,00
1.12	Declaração de Baixo Impacto Ambiental.	Por parecer.	50,00



Av. Luiz Cunha Nogueira - Centro. CEP: 64.995-000 CNPJ: 06.554.299-0001-02 - Cristalândia do Piauí/PI E-mail: prefeituracristalandia@hotmail.com

Processo n°:

ANEXO II

FCE: Formulário de

	Caracteriz Empreend	-	Data de//	
			Assinatura:	
PREENCHIM	ENTO OBRIGATO	ÓRTO PELO	INTERESSADO	
REQUERIMENTO PARA			111111111111111111111111111111111111111	
(RENOVAÇÃO	()		PRORROGAÇÃO)
(LICENÇA PRÉVIA)		AÇÃO PARA SUE VEGETAÇÃO – <i>F</i>	SV
(LICENÇA DE INSTAI) LI [] ADEQUAÇ)		AÇÃO DE BAIXO AMBIENTAL - D	
(LICENÇA DE OPEF) [] ADEQUAÇ	RAÇÃO (CÃO)	DISPENS.	A DE LICENÇA	AMBIENTAL
(LICENÇA DE INSTAI) OPERAÇÃO	LAÇAO E (OUTROS:	
1. IDENTIFICAÇÃO DO EM CNPJ/CPF:	IPREENDEDOR		INSCRIÇÃO	ESTADUAL:
RAZÃO				SOCIAL/NOME:
NOME				FANTASIA:
ENDEREÇO:				
				N°
COMPLEMENTO:				
BAIRRO/LOCALIDADE:				MUNICÍPIO:
UF:				CEP:



TELEFONE: ()				FAX: (
CELULAR: ()				
E-MAIL:				
REPRESENTANTE				LEGAL:
CPF:				
2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIN DO EMPREENDEDOR	MENTO		Ţ] O MESMO
CNPJ/CPF:		IN:	SCRIÇÃO	ESTADUAL:
RAZÃO				SOCIAL/NOME:
NOME				FANTASIA:
ENDEREÇO:				И.
COMPLEMENTO:				
BAIRRO/LOCALIDADE:				MUNICÍPIO:
UF:				CEP:
)				FAX: (
CELULAR: () 2.1 DADOS DO OBJETO DO REQUERI	IMENTO			
OBJETO	DO		R	EQUERIMENTO:
CÓDIGO DA ATIVIDADE (RESOLUÇÃ	ĎES 40/202	21 E 33/202	20 CONSE	



[] NÃO	CONSTA DA	RESOLUÇÃO				
DESCRIÇÃO		DA		Ī	ATIVIDADE/	EMPREENDIMENTO:
	PERTINENTES					CAMPOS COM OS DLUÇÕES CONSEMA
PARÂMETRO	VALOR	UNIDADE	PA	RÂMETRO	VALOR	UNIDADE
3. LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO						
3.1 COORDEN.	ADAS					
V.	COORDENADA	AS UTM (X, Y	7):	COORDEN	ADAS GEOGRA	ÁFICAS:
X: _				LATITUD	E	(S):
Y: _						(57)
DATUM: [] SAD] 23		LONGITU	DE 	(W):
] 24 DIMENTO ABRA	ANGE	OUTROS	ESTADOS?	[] NÃO [
] SIM						
SE SIM, INF	ORMAR:					
(UC) DE USO	SUSTENTÁVE		'EÇÃ	O INTEGR	AL, CRIADA	DE CONSERVAÇÃO OU IMPLANTADA, PEGIDA?
[] и	IÃO	[]	SIM.	NOME:



]	SIM.	NOME:
) NÃO	() SIM. NOME:
		HIDROGRÁFICA ——
/	A EM	() OPERAÇÃO, DESDE//
•	•	ERIOR? () NÃO ESPECIFICAR:
VALIDAD	Ξ/_	/
N°:		
		E EMPREENDIMENTO
		TIPO
5/06/2020) L DO EMPREE		
	DOR DA UC), John Da UC), John Da UC), NÃO John Da UC), John Da UC),) INSTALAÇÃO, INICIADA EM



ATIVIDADE:	
(VER RESOLUÇÃO CONSEMA N° 40 DE 17/08/2021 E RESOLUÇÃO CONSEMA N° DE 16/06/2020)	33
8. O REQUERIMENTO TEM PENDÊNCIA AMBIENTAL JUNTO AO CONDEMA? () () SIM, ESPECIFICAR:	NÃO
NOTIFICAÇÃO N° EMBAR	.GO:
AUTO DE INFRAÇÃO: N°	
[] ADVERTÊNCIA [] APREENSÃO [] INTERDIÇÃO [EMBARGO]
[OUT	RO:
REPOSIÇÃO FLORESTAL [] NÃO [] SIM: RECUPERAÇÃO DE COBERTURA FLORESTAL C/ ESPÉ NATIVA ÁREA:	CIE
[] SIM, PLANTIO FLORESTAL (EXÓT	— ICA
E/OU NATIVA) SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO: (ATENÇÃO: PREENCHER OS ITENS 9.1 E/OU 9.2) [] NÃO [] SIM: NATIVA: ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE:	HÁ
[] SIM: NATIVA PLANTADA ÁREA DESMATADA: [] NÃO [] SIM: N° DA AUTORIZAÇÃO:	НÁ
[] SIM: EXÓTICA EM APP TIPOLOGIA FLORESTAL:	НÁ



APROVEITAMENTO DE I				
[] NÃO [[]SIM:	ROPRIO : COMERCIALIZ <i>A</i> : COMERCIALIZ <i>A</i>		
		: DOAÇÃO		
	[]SIM:	OUTROS	(ESPECIFICAR):
CORTE EVENTUAL DE 2	ÁDVODES			
[] NÃO [] SIM: PROPF			50 HÁ ACIMA DE 50 HÁ
ÁREA	А	SER		AVERBADA:
9.1 CASO JÁ TENHA EM APP (PROTOCOLAI EMPREENDIMENTO INFO	DOS E/OU EM	ANÁLISE NO C		
		'	_	
9.2 CASO JÁ TENHA Z ESSE EMPREENDIMENTO				L LIBERADA PARA
		;		
			_	
9.3 O EMPREENDIMENT [] SIM (RESPON PARA O ITEM 10)] NÃO (PASSE
9.3.1 A PROPRIEDAD COMPROMISSO/CONDEMZ [] SIM [a ou averbaç <i>ã</i>		E RESERVA 1	LEGAL (TERMO DE
10. USO DE RECURSO	HÍDRICO			
10.1 O EMPREENDIMEN [] NÃO (PASSE A) EM RECURS	O HÍDRICO?
10.2 EXISTE PROCES ANÁLISE):	SSO DE OUTOR	GA JÁ SOLICIT	'ADO JUNTO	AO CONDEMA (EM
N°				PROTOCOLO
10.3 USO NÃO OUTORO	GADO (AINDA N	JÃO POSSUI OUT	CORGA)	
\bigcirc IIIVNITTDVDE•			_;	
			- ⁻	



10.4 USO DE VOLUME INSIGNIFICANTE? [] SIM [] NÃO
QUANTIDADE: ; QUANTIDADE: .
10.5 UTILIZAÇÃO DO RECURSO HÍDRICO É OU SERÁ COLETIVA? [] SIM [] NÃO
QUANTIDADE: ; QUANTIDADE:;
10.6 POSSUI OUTORGA/CERTIDÃO DE USO INSIGNIFICANTE? [] SIM [] NÃO
N° OUTORGA:
N° DA CERTIDÃO DE USO INSIGNIFICANTE:
10.7 TRATA-SE DE REVALIDAÇÃO/RENOVAÇÃO DE OUTORGA? [] SIM [] NÃO
N° OUTORGA:
10.8 TRATA-SE DE RETIFICAÇÃO DE PORTARIA DE OUTORGA? [] SIM [] NÃO
N° DA PORTARIA/ANO:
11. CONTATO PARA ASSUNTOS RELACIONADOS AO EMPREENDIMENTO:
NOME: TELEFONE: ()
CELULAR: () E-MAIL:
12. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
DESTINATÁRIO:
ENDEREÇO:
BAIRRO: MUNICÍPIO:
CEP: UF:



TELEFON	: ()				CELULAR	₹: ()
FAX ()			,	VÍNCULO	COM O EMPI	REENDIME	ENTO:
E-MAIL:								
[] E-MAIL.	DESEJO	RECEBER	INFORMAÇÕES	ACERCA	DO EMPI	REENDIMENTO	O TAMBÉM	I POR